

RBEMF

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA

Número Especial – O “Tarifaço” de Trump | 2025

ISSN 3085-7643

Do Livre Comércio ao ‘Tarifaço’: O Retorno do Protecionismo Norte-Americano em Face do Crescimento Chinês

João Pedro Barbosa Martins Bemfica



Do Livre Comércio ao 'Tarifaço': O Retorno do Protecionismo Norte-Americano em Face do Crescimento Chinês

João Pedro Barbosa Martins Bemfica

Estudante de Economia do Instituto de Economia da UFRJ

E-mail: joao.bemfica@graduacao.ie.ufrj.br

RESUMO

Este artigo analisa a inflexão em direção ao protecionismo dos Estados Unidos em 2025, marcada pela imposição de tarifas generalizadas sob a justificativa de reequilibrar déficits comerciais e revitalizar a indústria nacional. O artigo busca destacar a contradição entre essa postura e o histórico papel dos EUA como promotor do livre-comércio global, especialmente através dos Acordos de Bretton Woods e do Consenso de Washington, que condicionaram a ajuda a países em desenvolvimento à abertura de seus mercados. Ao adotar medidas protecionistas que foram usadas em seu processo de desenvolvimento, os EUA evidenciam a flexibilidade de suas doutrinas econômicas conforme interesses geopolíticos. O estudo contextualiza essa mudança à luz de teorias econômicas de Friedrich List, Samir Amin, Ha-Joon Chang, que discutem a importância do protecionismo estratégico para promoção do desenvolvimento industrial. Conclui-se que a adoção seletiva de políticas protecionistas pelos EUA revela uma abordagem pragmática e contraditória, desafiando a narrativa de que o livre-comércio é uma solução universal para o crescimento econômico.

Palavras-chave: protecionismo; livre-comércio; Estados Unidos; contradição econômica; desenvolvimento industrial.

ABSTRACT

This article examines the shift toward protectionism in the United States in 2025, characterized by the imposition of broad tariffs aimed at rebalancing trade deficits and revitalizing domestic industry. It highlights the contradiction between this approach and the historical U.S. role as a global advocate of free trade, particularly through the Bretton Woods Agreements and the Washington Consensus, which conditioned aid to developing countries on market liberalization. By resorting to protectionist strategies historically employed in its own development, the U.S. demonstrates the flexibility of its economic doctrines in line with geopolitical interests. The study frames this shift within economic theories by Friedrich List, Samir Amin, and Ha-Joon Chang, who emphasize the role of strategic protectionism in industrial development. It concludes that the selective adoption of protectionist policies by the U.S. reflects a pragmatic and contradictory stance, challenging the narrative of free trade as a universal path to economic growth.

Keywords: protectionism; free trade; United States; economic contradiction; industrial development.

Do Livre Comércio ao ‘Tarifaço’: O Retorno do Protecionismo Norte-Americano em Face do Crescimento Chinês

Após décadas em que o livre-comércio foi erguido como paradigma global — primeiro pelo sistema de Bretton Woods e depois pelas preceituações do Consenso de Washington — os Estados Unidos retomam, em 2025, uma postura claramente protecionista diante da ascensão vertiginosa da China. A potência asiática, antes relegada a um papel periférico na economia mundial, agora desafia frontalmente a soberania econômica americana e expõe os limites do discurso liberal. Em resposta, Washington resgata tarifas elevadas e incentivos industriais, numa tentativa de reindustrializar o país e corrigir desequilíbrios bilaterais que ameaçam sua hegemonia.

Friedrich List, em seu clássico *The National System of Political Economy* (1841), construiu o cerne do argumento da “indústria nascente” ao defender que estados-nação devem proteger temporariamente setores estratégicos até que estes atinjam escala e eficiência para competir globalmente. Ele afirma que “Qualquer nação que, pela liberdade de comércio, permitir que sua indústria nascente seja esmagada por concorrentes estrangeiros mais avançados, comete suicídio econômico”. Para List, a simples adesão ao livre-mercado, como proposto por Adam Smith e David Ricardo, ignora as assimetrias estruturais entre economias maduras e emergentes e condena países em desenvolvimento a uma estagnação permanente. Seu enfoque nacionalista coloca o Estado como agente ativo na construção de infraestrutura, financiamento e tarifas protetivas, compondo uma estratégia deliberada para internalizar externalidades positivas e fomentar a capacitação tecnológica interna. Dessa forma, List antecipa debates modernos sobre a função do Estado no fomento à inovação, contrapondo-se à visão clássica de mercado autorregulado. Sua obra serve de base a políticas de substituição de importações (ISI) que ganharam força no século XX, sobretudo na América Latina, e volta à pauta diante do “tarifaço” de 2025, quando os EUA retomam medidas protecionistas inspiradas em antigos preceitos listianos. A relevância de List persiste na discussão sobre como equilibrar abertura comercial e desenvolvimento interno, tema central em economias em transição. No entanto, a adoção do ‘tarifaço’ do governo Trump vinha sendo adotado em um contexto bastante diferente daquele em que List fez suas análises, visto que, a produção está espalhada pelo globo e pode ser compreendida através daquilo que se nomina cadeias globais de valor.

O economista egípcio Samir Amin, em *Accumulation on a World Scale* (1974), amplia essa visão ao analisar a competição desigual entre centros e periferias, demonstrando como fluxos de capital e valor são sistematicamente extraídos das economias mais frágeis, perpetuando dependência e atraso estrutural. Ele sustenta que o comércio internacional não é apenas uma arena para empresas, mas sim um espaço de disputa entre nações, onde as regras vigentes favorecem historicamente potências estabelecidas em detrimento dos emergentes. Amin argumenta que, sem proteção adequada e políticas de industrialização estratégica, países periféricos jamais alcançarão a autonomia tecnológica e poderão continuar aprisionados na exportação de commodities de baixo valor agregado, sua teoria da dependência revela mecanismos de transmissão de assimetrias, como preços injustos e barreiras não-tarifárias, que reforçam a divisão internacional do trabalho. Essa lente analítica é crucial para entender por que, em 2025, os EUA recorrem a tarifas elevadas na busca de reequilibrar relações comerciais com a China, buscando não apenas corrigir déficits, mas também redesenhar cadeias globais de valor. A crítica de Amin ilumina como políticas protecionistas podem ser instrumentos de ruptura de padrões históricos de dominação, gerando espaço para a formação de capacidades produtivas autônomas.

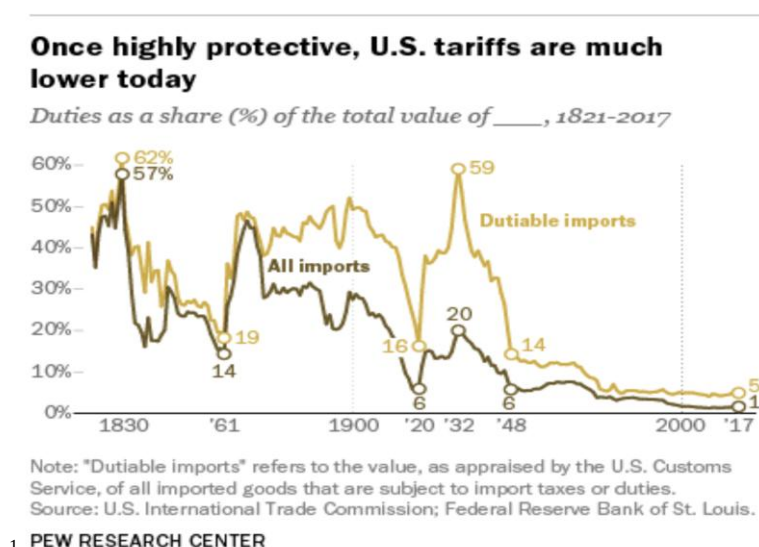
Dessa forma, políticas ditas protecionistas, voltadas ao desenvolvimento de indústrias nacionais robustas e competitivas, são essenciais para países que ainda não completaram seu processo de industrialização. A experiência da China ilustra essa abordagem: desde as reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping nos anos 1980, o país implementou uma série de políticas industriais estratégicas, como subsídios, controle cambial e restrições à entrada de produtos estrangeiros, visando fortalecer setores-chave da economia. Essa estratégia permitiu à China não apenas escapar da armadilha da deterioração dos termos de troca, como também se tornar uma potência

manufatureira global. Para países já desenvolvidos, que possuem indústrias consolidadas e competitivas, o livre-comércio tende a ser mais vantajoso, pois permite a expansão de seus mercados e a manutenção de sua hegemonia econômica. Essa dicotomia evidencia que a adoção de políticas econômicas deve considerar o estágio de desenvolvimento industrial de cada nação, evitando a aplicação indiscriminada de modelos que podem não ser adequados a realidades distintas.

Muitos organismos internacionais e estudiosos hoje reconhecem que economias em transição precisam de uma mistura de instrumentos tais como tarifas, subsídios seletivos e bancos de desenvolvimento para fortalecer indústrias nascentes e elevar-se ao status de renda alta. No recente *World Development Report 2024*, o Banco Mundial recomenda um “3i strategy” (inclusão, inovação e investimento) que articula proteção temporária com estímulo à inovação para evitar que esses países fiquem presos no patamar de renda-média, onde o crescimento tende a estagnar. Esse conjunto de políticas é semelhante à substituição de importações (ISI) que proliferou na América Latina no pós-guerra, mas agora repaginado com ênfase em cadeias globais de valor e transição energética. Além disso, o FMI reconhece que a industrialização tardia demanda “*tax incentives, protective regulations and R&D support*”, em português: “Incentivos fiscais, regulamentação protetiva e I&D -Investigação/Pesquisa e Desenvolvimento” realçando a importância de moldar a estrutura produtiva segundo condições específicas de cada país. Tais medidas visam romper o ciclo de baixos salários, produtividade estagnada e insuficiência de capital humano que caracterizam a armadilha da renda-média, fenômeno em que muitas nações chegam a cerca de US\$10 mil de PIB per capita e perdem a aceleração do desenvolvimento. Assim, políticas protecionistas estratégicas são hoje recomendadas como pré-requisito para alcançar padrões de renda semelhantes aos dos Estados Unidos, escalando de forma sustentável as etapas de industrialização e inovação.

Mas, por que os Estados Unidos, a maior potência econômica do mundo estaria adotando tais práticas, que são indicadas para países subdesenvolvidos? Bom, ao longo de sua história, os Estados Unidos adotaram políticas tarifárias protecionistas para fomentar o desenvolvimento industrial e proteger setores estratégicos da concorrência externa. Desde o início do século XIX até meados do século XX, as tarifas de importação foram uma ferramenta central na política econômica americana.

Gráfico 1. Tarifas aplicadas pelos EUA – 1821-2017



Fonte: EUA Comissão de Comércio Internacional; Federal Reserve Bank de St. Luís. CENTRO DE PESQUISA PEW

Em 1821, as tarifas representavam 43,2% do valor total das importações, com quase 95,5% dos produtos importados sendo taxados. Esse padrão persistiu por mais de um século, com tarifas elevadas sendo a norma, especialmente sob governos Whig e Republicanos. Por exemplo, a Tarifa de McKinley de 1890 impôs tarifas superiores a 50% sobre diversos produtos importados, visando proteger as indústrias e os salários americanos. Embora tenha inicialmente estimulado a produção doméstica, também resultou em preços mais altos para os consumidores e gerou significativa reação política.

No século XX, a Tarifa Smoot-Hawley de 1930 elevou as tarifas sobre mais de mil produtos, com taxas que chegaram a 59,1% do valor dos produtos taxáveis em 1932. Essa medida é amplamente considerada como tendo exacerbado a Grande Depressão, ao provocar retaliações comerciais e reduzir o comércio internacional.

A partir de 1945, os EUA passaram a liderar esforços de liberalização comercial, promovendo acordos como o GATT e, posteriormente, a OMC. No entanto, a história mostra que, durante seu processo de industrialização, os EUA utilizaram extensivamente políticas protecionistas para fortalecer sua economia. Esse histórico contrasta com a postura de defesa do livre-comércio, evidenciando uma flexibilidade nas doutrinas econômicas conforme os interesses nacionais.

A contradição inicial torna-se evidente quando uma nação que anteriormente se beneficiou de políticas protecionistas para impulsionar seu desenvolvimento industrial passa a defender o livre-comércio irrestrito, desencorajando países em desenvolvimento a adotarem estratégias semelhantes. A América Latina, em geral, adotou no século XX políticas de Substituição de Importações, a fim de estimular sua indústria nascente e afetar as respectivas estruturas produtivas, à luz das propostas da Escola Cepalina.

Ocorre que, diante da grave crise da dívida externa que varreu a região no início dos anos 1980, empurrou nações como México, Brasil, Argentina e Chile a recorrer ao FMI e ao Banco Mundial

¹ Fonte: EUA Comissão de Comércio Internacional; Federal Reserve Bank de St. Luís. CENTRO DE PESQUISA PEW

em busca de socorro financeiro. A contrapartida quase universal imposta por esses organismos — sob forte influência do Tesouro americano — incluía trade liberalization, privatizações e corte de subsídios estatais, parte do que viria a ser chamado de Washington Consensus.

No caso do México (1988–1994), como condição para empréstimos durante o “Plano Brady”, o país reduziu tarifas médias de importação de cerca de 45% para menos de 10% em 1994, antes de aderir ao NAFTA; No Brasil (1990–1994), durante o Plano Real e programas de ajuste do FMI, as tarifas médias caíram de 37 % para 20% em média e foram ampliados regimes de livre comércio regionais; No caso da Argentina (1989–1991), sob o Plano de Convertibilidade, as tarifas caíram de 45 % para 10–15%, retirando proteção às indústrias nascentes. E finalmente, no caso do Chile (1975–1990), após a ditadura de Pinochet, seguiu uma liberalização radical, com tarifas fixadas em 10% e quase nenhuma cota. O modelo de liberalização do Chile foi muitas vezes utilizado como sendo exemplo à ser seguido.

No caso da Europa oriental, o início dos anos 1990 foi marcado pelo colapso da URSS, países do antigo Pacto de Varsóvia (Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslováquia) aderiram com rapidez ao pacote de reformas de privatização, liberalização comercial e desregulamentação financeira recomendado pelo FMI e pelo Banco Mundial, sob orientação do Departamento do Tesouro dos EUA. Esses países também reduziram tarifas para a faixa de 5–10% e privatizaram setores inteiros em poucos anos, em troca de linhas de crédito e assistência técnica.

Na esteira das crises de balanço de pagamentos, na África Subsaariana, nações como Nigéria, Quênia, Gana e Zâmbia implementaram Structural Adjustment Programs que impunham cortes de subsídios, eliminação de cotas de importação e redução tarifária ao redor de 20–30% como condição para terem acesso a empréstimos do FMI, sob forte influência dos EUA.

Desse modo, enquanto impunham essas reformas de redução de tarifas e proteções a países emergentes, os EUA mantiveram até meados dos anos 1990 barreiras tarifárias elevadas (média de 15–20% nas indústrias manufatureiras), subsídios agrícolas acima de 20% do valor da produção e regimes de antidumping aplicados genericamente a parceiros comerciais. A política adotada pelos Estados Unidos é mais uma demonstração da tese de Ha-Joon Chang. Segundo o autor, os países desenvolvidos, ao recomendarem políticas e instituições específicas para os países em desenvolvimento, estão na verdade “chutando a escada” pela qual eles próprios subiram para o desenvolvimento.

Contradição Atual

No contexto do “tarifaço” de 2025, essa crítica ressoa com força: os EUA demandam que China e outros recuem em suas medidas industriais, enquanto elevam suas próprias barreiras tarifárias para tentar reindustrializar o país. Essa contradição reforça a ideia de que o livre-mercado foi sempre um privilégio reservado a quem já atingiu o topo, mas negado a quem ainda busca escalar posições na economia global. As lições de Chang apontam que a coerência nas regras de comércio e desenvolvimento exigiria reconhecer o papel histórico das políticas protecionistas na construção da riqueza nacional e permitir que todos os países pudessem “subir a escada” de forma justa.

No caso da China, com as reformas iniciadas por Deng Xiaoping na década de 1980, passou a adotar um modelo de abertura seletiva, na qual setores estratégicos permaneceram protegidos, enquanto áreas menos sensíveis foram gradualmente liberalizadas ao investimento estrangeiro.

² O Consenso de Washington, formulado em 1989 pelo economista John Williamson, consistiu em um conjunto de dez diretrizes de políticas econômicas neoliberais recomendadas a países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, para promover o crescimento econômico e a estabilidade macroeconômica. Essas diretrizes incluíam disciplina fiscal, liberalização comercial e financeira, privatizações, desregulamentação e proteção dos direitos de propriedade. Embora visassem à modernização econômica, essas políticas foram alvo de críticas por seus impactos sociais negativos e por não considerarem as especificidades de cada país.

Desde então, o país exigiu a criação de joint ventures como condição para entrada de empresas estrangeiras, estabelecendo obrigações explícitas de transferência de tecnologia que permitiram à indústria local absorver conhecimento avançado. Paralelamente, o governo chinês canalizou recursos massivos em educação, infraestrutura e pesquisa & desenvolvimento, criando um ambiente favorável ao avanço tecnológico do Estado, em vez de aceitar um papel de mera exportadora de matérias-primas como muitos países periféricos. Com esse arranjo, a China ascendeu rapidamente na cadeia de valor global, conquistando posições de liderança em segmentos de alta tecnologia como semicondutores, energia renovável e inteligência artificial, sem abdicar do seu direito soberano de definir quais setores devem permanecer protegidos.

Nas últimas cinco décadas, esse modelo híbrido de abertura controlada e estímulo interno gerou um crescimento extraordinário: a China tornou-se a segunda maior economia do mundo e, em 2024, registrou um superávit de US\$295,4 bilhões na balança comercial de bens com os EUA. Enquanto algumas nações emergentes ainda lutam para elevar seu PIB per capita além do patamar de renda média, a China ultrapassou esse obstáculo ao fomentar campeões nacionais e redesenhar cadeias globais de valor em seu favor. Essa trajetória demonstra que o desenvolvimento real pode exigir um rompimento consciente com as prescrições estritas do neoliberalismo, privilegiando a autonomia estratégica e produtiva dos Estados em transformação. Paralelamente os Estados Unidos perdem espaço como dominador das tecnologias, ganhando espaço a China.

Durante a campanha presidencial de 2024, Donald Trump intensificou um discurso de que déficits comerciais históricos prejudicava a economia americana e, ao assumir, implementou um pacote de tarifas draconianas: um imposto mínimo de 10% para a maioria dos produtos, escalonado em até 145% sobre importações chinesas. Fundamentando-se no déficit de US\$295,4 bilhões e nas importações de US\$438,9 bilhões em 2024, o cálculo oficial dividiu esses valores (67%) e definiu uma tarifa de aproximadamente 34% para “reciprocidade”. Ao mesmo tempo em que condenavam países emergentes por usarem protecionismo para escapar da armadilha da renda-média, os EUA passaram a aplicar exatamente essas mesmas ferramentas sobre seu maior rival comercial — numa clara demonstração de hipocrisia. Obviamente que os USA já voltaram atrás, ao menos temporariamente, em algumas dessas tarifas. Mas o recado já está dado.

Este é o cerne da nova realidade. Os Estados Unidos, que durante décadas pregaram o livre-mercado como única via para o progresso global, agora se veem compelidos a resgatar as mesmas ferramentas protecionistas que negaram a outros para resguardar seu próprio poderio industrial. Ao avançar com tarifas bilionárias, subsídios setoriais e exigências de reciprocidade, Washington não apenas reconhece a eficácia de medidas que antes qualificava de retrógradas, mas também questiona o monopólio do discurso liberal que moldou a governança econômica mundial. Se, por um lado, tais políticas podem reacender frotas industriais e frear déficits comerciais, por outro, escancaram uma contradição profunda: só quando a escrivãzinha do “livre-comércio” ameaça desabar sob o peso de um rival emergente, é que a escada do protecionismo volta a ser erguida.

Considerações finais

Em um mundo cada vez mais multipolar, a trajetória dos EUA no “tarifaço” de 2025 simboliza um ponto de inflexão na história do capitalismo global. A defesa do livre comércio pelos países desenvolvidos, pelos EUA no caso em análise, não tem se mostrado um princípio teórico basilar do liberalismo, ao menos na prática. Ele foi defendido pelos EUA quando lhe foi conveniente. A adoção de barreiras comerciais elevadas e incentivos internos não só evidencia a elasticidade das doutrinas econômicas em função de interesses geopolíticos, mas também reabre o debate sobre os caminhos mais eficazes para a industrialização e para o crescimento sustentável. Ao revisitar conceitos de List, Amin e Chang, percebemos que não existe uma receita universal: cada país deve calibrar a balança entre abertura e proteção conforme sua fase de maturação econômica. O verdadeiro desafio seria construir regras multilaterais que reconhecessem esse dinamismo e permitissem que todos os Estados escalem, justamente, a escada do desenvolvimento, sem que ela seja constantemente chutada por aqueles que chegaram primeiro.

Referências

LIST, Friedrich. The National System of Political Economy (1841).

AMIN, Samir. Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment (1971).

CHANG, Ha Joon. Kicking Away the Ladder (2003).

SEGAL, Troy. Import Substitution Industrialization (ISI): Definition and Example. Atualizado em Junho, 2024. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/terms/i/importsubstitutionindustrialization.asp?>>

World Development Report 2024: The Middle-Income Trap. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2024?>>

World Bank Group. New research offers a 21st century playbook for high-quality growth. WASHINGTON, August 1, 2024. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/07/22/-middle-income-trap-hinders-progress-in-108-developing-countries>>

DESILVER, Drew. U.S. tariffs are among the lowest in the world – and in the nation’s history. Março, 2018. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/short-reads/2018/03/22/u-s-tariffs-are-among-the-lowest-in-the-world-and-in-the-nations-history/>>

LEWIS, J. A. Rethinking Technology Transfer Policy toward China. Novembro, 2023.

Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/rethinking-technology-transfer-policy-toward-china>>